

Editorial

Relacionamento entre autores e periódicos e as boas práticas editoriais

A publicação científica pauta-se primordialmente pela observância dos princípios da boa ciência, e considera-se que um dos requisitos centrais seja a observância do método científico. Desta forma, o que acaba sendo fundamental numa pesquisa científica nem tanto é o tema de investigação, mas sim o método utilizado pelos pesquisadores, para que o conhecimento que está se tentando constituir seja o mais preciso e confiável possível. A boa qualidade da pesquisa científica está assentada na competência e habilidade que os pesquisadores possuem para a condução de sua investigação.

Feita a pesquisa, submetem-se os resultados para que sejam divulgados em periódicos científicos. Esta publicação é a forma que a comunidade científica dispõe para que os pares conheçam o que está sendo produzido e descoberto em sua área. Não basta apenas pesquisar, pois se o conhecimento não for adequadamente divulgado, ele acaba sendo estéril.

Na divulgação do seu trabalho, o pesquisador faz opção pelo periódico. Esta escolha é muito importante, porque as revistas são os principais agentes de divulgação de pesquisas. Os periódicos possuem classificações, tendo em vista sua importância no cenário científico, havendo diversos sistemas disponíveis. Os índices JCR e SJR são exemplos de classificação, apontando o fator de impacto das publicações. Quanto maior o fator de impacto, maior o efeito que o artigo e também do periódico em determinada área do conhecimento.

No Brasil, um importante indicador de qualidade do periódico é dado pelo sistema QUALIS, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O sistema QUALIS oferece uma pontuação por artigo publicado, de acordo com o estrato utilizado, variando de A a C. Por exemplo, se um artigo for publicado em um periódico A1, ele possuirá a maior pontuação, enquanto que o estrato B (que varia de B1 a B5) vai gradativamente diminuindo. O estrato C de periódicos não possui pontuação. Portanto, no Brasil um artigo de "alto impacto" depende primordialmente da classificação do periódico. Na área da psicologia, leva-se em conta elementos como revisão cega por pares (*blind peer review*), data de recepção e aprovação do artigo, normas de submissão e outros dados dos artigos, como a presença de resumo e abstract. Para uma melhor qualificação, o periódico precisa estar indexado em outras bases de dados, como o Scielo, ISI, Scopus ou PsychInfo (CAPES, 2013).

Estes sistemas de classificação conduzem a situações interessantes. Obviamente, os periódicos mais procurados serão os do estrato A, sendo seguidos pelos B1, B2 e assim sucessivamente. Esta alta procura fará com que os periódicos mais bem pontuados acabem por selecionar os artigos que estejam mais condizentes com sua "qualidade avaliada". Mas qual acaba sendo o critério de pré-seleção dos artigos, que serão enviados para a análise cega pelos

pares? Idealmente, deveria ser a qualidade do texto e do método utilizado na investigação. Se um pesquisador experiente envia um artigo para um periódico científico, ele possuirá maior probabilidade de ter o material aceito, visto que já tem conhecimento sobre como escrever e o que os avaliadores levam em consideração.

Entretanto, parece ocorrer no Brasil, em alguns casos, uma pré-seleção levando-se em conta a instituição de origem do pesquisador. Se o artigo foi redigido por um pesquisador filiado a alguma universidade com tradição em pesquisa, este "peso" institucional pode ser considerado a priori no trâmite editorial. Estas decisões, que são decisões editoriais em última instância, podem criar vieses, eventualmente favorecendo programas de pesquisa e/ou grupos de pesquisadores. Então, o que pode ser uma boa estratégia a curto prazo para periódicos e para alguns pesquisadores, torna-se nocivos para todos a longo prazo. Isto é tão grave que sistemas internacionais, tais como o JCR, chegaram a excluir periódicos brasileiros muito bem avaliados, tendo em vista importantes distorções que podem estar relacionadas a estes fatores.

Talvez seja necessário, em muitos casos, rever com seriedade as políticas editoriais brasileiras, pois se o corpo científico, tão afeito à crítica e ao autoaperfeiçoamento, não tiver a capacidade de identificar e combater anomalias editoriais, ou seja, se não "cortar na carne" quando for necessário, essa espécie de "reserva de mercado" manterá castas produtoras com publicação quase garantida. Essa hipocrisia intelectual precisa ser combatida. E uma das formas para efetuar este combate é procurar revistas que realmente se preocupem em avaliar o material com justiça. O Brasil é o país do "jeitinho", e nem a boa ciência se livra desta praga.

A Revista de Psicologia da IMED procura pautar a avaliação dos artigos recebidos pela análise cega dos pares, levando em consideração a avaliação de dois profissionais na área da psicologia e afins. Nossa política é avaliar a qualidade do artigo *per se*: se este tiver as condições metodológicas necessárias e suficientes, demonstrando qualidade na condução do estudo, no texto teórico ou no relato de experiência, ele possuirá condições de ser publicado, não importa de onde tenha vindo. Desta forma, ao colocar em evidência a qualidade metodológica do material, a Revista acredita que poderá contribuir para o crescimento do conhecimento psicológico.

CAPES (2013). Comunicado 001/2013 - Área da psicologia. Atualização do WebQualis da área, ref. 2011. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>

Vinícius Renato Thomé Ferreira

Editor